



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

## **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 – JUSTIFICATIVA**

A BHTRANS é o órgão público responsável pela gestão e fiscalização dos Contratos de Concessão do Transporte Público Coletivo por Ônibus no Município de Belo Horizonte. Os Contratos têm previsão para que a cada quatro anos o PODER CONCEDENTE realize processo de revisão tarifária com o objetivo de repassar ao valor da tarifa os ganhos de produtividade obtidos pela CONCESSIONÁRIA seguindo as condições estabelecidas nos Contratos de Concessão. Neste sentido esta contratação visa buscar empresas com capacidade de realizar estudos econômicos financeiros bem como verificação dos cumprimentos das Cláusulas contratuais por parte das Concessionárias.

### **2 – CONCEITOS, DEFINIÇÕES E INTER-RELAÇÕES**

2.1 – Os Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus nas Redes de Transportes e Serviços (RTS) foram concedidos por meio de licitação realizada pelo Município de Belo Horizonte – Concorrência Pública nº 131/2008, às quatro Concessionárias relacionadas a seguir:

I – Consórcio PAMPULHA;

II – Consórcio BHLESTE;

III – Consórcio DEZ;

IV – Consórcio DOM PEDRO II.

2.2 – O conjunto de linhas que compõem os serviços foi dividido em quatro RTS – Rede de Transportes e Serviços cabendo a operação de cada rede a um dos Consórcios de empresas relacionado no subitem anterior.

2.3 – As Concessionárias são remuneradas pela receita tarifária, receitas decorrentes da exploração de mídia e serviços correlacionados.

2.3.1 – O Contrato com cada Concessionária exige uma contribuição a um condomínio denominado FGE – Fundo Garantidor do Equilíbrio Econômico-Financeiro formado pelo aporte de 1% (um por cento) do valor da receita operacional bruta obtida pelas Concessionárias. O FGE é administrado, gerido e representado, judicial e extrajudicialmente pelo Administrador do Fundo.

2.4 – Os Contratos de concessão preveem a formação de um Consórcio Operacional constituído pelas 4 (quatro) Concessionárias com o objetivo de desempenhar as obrigações comuns necessárias à prestação dos serviços.

2.4.1 – Este Consórcio tem a função de Agente Comercializador, que consiste da atividade de comercialização e/ou distribuição dos cartões e créditos eletrônicos, tendo como responsabilidade a arrecadação dos valores das passagens. O Consórcio Operacional denomina-se Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de BH (TRANSFÁCIL).

2.4.1.1 – O TRANSFÁCIL também é responsável pela liquidação das operações de comercialização dos cartões e créditos eletrônicos, no papel de Agente de Liquidação, responsável pela custódia e distribuição dos valores apurados entre as Concessionárias, o Poder Concedente (Prefeitura de Belo Horizonte) e o FGE.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

### **3 – OBJETO**

3.1 – Contratação de empresa para prestação de serviços de verificação independente dos Contratos de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus da Cidade de Belo Horizonte, compreendendo três fases de trabalho:

#### FASE 1

- a) Verificação, validação de dados, mensuração e análise dos custos e receitas incorridos e resultados alcançados com a prestação dos serviços de transporte de cada um e do conjunto dos 4 (quatro) Consórcios Concessionários, considerando-se os recursos efetivamente disponibilizados pelas Concessionárias.
- b) Apuração do resultado econômico-financeiro dos Contratos de Concessão nos primeiros 4 (quatro) anos, considerando-se os recursos efetivamente disponibilizados por cada um e pelo conjunto dos 4 (quatro) Consórcios Concessionários, projetando para o restante do período contratado com vistas a subsidiar a revisão tarifária quadrienal previstas nos mesmos, em especial na Cláusula 22, combinada com as Cláusulas 12 e 19, gerando cenários quando necessário, em especial aqueles que consideram os novos projetos de transporte tais como o BRT e aqueles que consideram atualização de preços segundo mercado (cenário 1) confrontando-o com a fórmula paramétrica (cenário 2).
- c) Elaboração de laudo técnico detalhado apontando, com base nos levantamentos realizados, considerando-se os recursos efetivamente disponibilizados por cada um e pelos 4 (quatro) Consórcios Concessionários em conjunto, se houve nos primeiros 4 (quatro) anos de concessão, desequilíbrio Econômico-Financeiro e o seu respectivo impacto na tarifa, sugerindo o valor do Coeficiente de Revisão Tarifária, conforme previsto na subcláusula 22.8 dos contratos de concessão.

#### FASE 2

- d) Elaboração de proposta de mecanismo de mensuração de produtividade nos serviços prestados por cada um e pelos 4 (quatro) Consórcios Concessionários em conjunto, para os próximos anos de concessão, abordando os aspectos mencionados nas subcláusulas 22.2 e 22.5 dos contratos de concessão.
- e) Estruturação do modelo operacional para monitorar e reportar de forma sistematizada a prestação dos serviços ofertados pelos Consórcios Concessionários.

#### FASE 3

- f) Verificação do cumprimento dos requisitos mínimos relacionados à prestação dos serviços objeto das concessões e apuração dos resultados econômicos-financeiros dos Contratos de Concessão nos primeiros 4 (quatro) anos, considerando-se os recursos previstos nos contratos e eventualmente não empenhados na prestação dos serviços por cada um, ou pelos 4 (quatro) Consórcios Concessionários em conjunto, e consolidação do Laudo Técnico previsto no item C da fase 1, inserindo novo cenário com os impactos oriundos das informações levantadas nesta fase 3.

3.1.1 – Os trabalhos de verificação independente deverão considerar as condições contratuais pré-estabelecidas nos Contratos de Concessão, seus aditivos e regulamentações complementares, os conceitos, definições e inter-relações indicadas no item 2 deste Termo, bem como eventuais impactos operacionais e econômicos decorrentes das alterações nos custos operacionais das Concessionárias, as indenizações já efetivadas por meio de movimentação de recursos do FGE, os reajustes tarifários concedidos, a aderência da fórmula paramétrica de reajuste tarifário para a real cobertura dos custos e os impactos decorrentes da futura operação dos sistemas de BRT – *Bus Rapid Transit*.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

3.1.2 – Todos os trabalhos de verificação e resultados discriminados no objeto desta contratação deverão ser apresentados considerando cada Concessionária individualmente e considerando o conjunto das 4 (quatro) Concessionárias.

#### **4 – DETALHAMENTO DO OBJETO**

**4.1 – Verificar, mensurar e analisar os custos e receitas incorridos e resultados alcançados, nos 4 (quatro) primeiros anos de contrato, com a prestação dos serviços de transporte pelos 4 (quatro) Consórcios Concessionários, considerando-se os recursos efetivamente disponibilizados pelas concessionárias.**

**4.1.1 Verificação dos custos, mês a mês, incorridos na prestação dos serviços por cada uma das quatro concessionárias, no período de 15/11/2008, data de início das concessões, até 30/11/2012, com base nos dados de produção apurados pela BHTRANS, por meio das informações processadas diariamente oriundas do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), nos preços de mercado (cenário 1) e, alternativamente, nos preços obtidos conforme os índices de reajustes estipulados na cláusula 11 dos contratos de concessão (cenário 2) e de coeficientes de consumo apropriados para os tipos de serviço prestados, considerando-se a regulamentação vigente.**

4.1.1.1 – Os custos operacionais deverão ser discriminados, mês a mês, de maneira a apresentar os valores resultantes de cada um dos principais grupos de despesas, conforme a seguinte estrutura:

<b>Item</b>	<b>Custo</b>
A	Combustível
B	Lubrificante
C	Rodagem
D	Peças e Acessórios
<b>I</b>	<b>Custo Variável sem Impostos (A+B+C+D)</b>
<b>E</b>	<b>Lucro do Capital Investido (E1+E2+E3)</b>
E1	Veículos
E2	Instalações e Equipamentos
E3	Almoxarifado
F	Depreciação
G	Pessoal de Operação
H	Despesas Administrativas
I	Seguros/IPVA
J	Custo do SITBUS
<b>II</b>	<b>Custo Fixo sem Impostos (E+F+G+H+I+J)</b>
K	CGO
<b>III</b>	<b>Custo de Gerenciamento (K)</b>
L	ISS/COFINS/PIS
<b>IV</b>	<b>Impostos</b>
<b>V</b>	<b>Custo Total sem Impostos (I+II)</b>
<b>VI</b>	<b>Custo Total c/ Impostos sem SBE (V+IV-K)</b>
<b>VII</b>	<b>Custo Total</b>

4.1.1.2 – A estrutura de custos deverá ser montada mês a mês com a indicação, para cada item de custo, do dado de produção (quantitativo), custo unitário, coeficiente de consumo e valor final para cada cenário.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

4.1.1.3 – Os dados de produção serão fornecidos pela BHTRANS à contratada e são constituídos basicamente por: viagens ofertadas, quilometragem percorrida, frota empenhada, número e estrutura de garagens das operadoras, equipamentos do SITBUS, entre outros. Tais informações serão repassadas à contratada por meio dos relatórios gerenciais mensais produzidos pela Gerência de Controle e Estudos Tarifários (GECET), extrações do sistema informatizado BH03 que é alimentado pelo Mapa de Controle Operacional (MCO) oriundo das informações exportadas diariamente do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE). Também poderão ser disponibilizadas cópias dos documentos relacionados às Concessionárias e ao Consórcio TRANSFÁCIL que se encontrem arquivados na referida gerência.

4.1.1.4 – Deverão ser montados um mínimo de 2 (dois) cenários que retratarão as seguintes situações:

a) Cenário 1) custos unitários atualizados a preços de mercado: neste cenário a Contratada deverá realizar, junto aos fornecedores dos diversos insumos, pesquisa de preços dos referidos insumos. Também poderão ser requisitadas às Concessionárias, por meio da BHTRANS, o envio de notas fiscais de compras comprovando os valores das compras realizadas.

b) Cenário 2) custos unitários atualizados por meio dos mesmos critérios apresentados na fórmula paramétrica descrita na cláusula 11 dos contratos de concessão. Os preços de partida serão fornecidos pela BHTRANS e se referem aos preços utilizados como referência para a Concorrência Pública Nº 131/2008 do qual se originaram os contratos de concessão vigentes.

4.1.4 – Os coeficientes de consumo, bem como a metodologia para obtê-los, serão sugeridos pela BHTRANS e se referem aos que foram utilizados como referência para a Concorrência Pública Nº 131/2008 do qual se originaram os contratos de concessão vigentes. A Contratada poderá, e é desejável que o faça, desde que justificado e autorizado pela BHTRANS, utilizar outros coeficientes de consumo e/ou metodologias de apuração mais atualizados para os fins a que se propõem.

4.1.5 – A Contratada deverá apresentar em detalhes, toda a metodologia utilizada na obtenção dos coeficientes de consumo e custos unitários utilizados em cada cenário.

**4.1.2 – Verificação das receitas, mês a mês, incorridas na prestação dos serviços por cada uma das quatro concessionárias, no período de 15/11/2008, data de início das concessões, até 30/11/2012, com base na receita tarifária, apurada por meio das informações oriundas do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), e nas Receitas Alternativas, Complementares e Acessórias, conforme estabelecido nos contratos de concessão, em especial nas cláusulas 11 e 12.**

4.1.2.1 – As receitas operacionais deverão ser discriminadas, de maneira a apresentar os valores resultantes de cada um dos principais grupos de receitas, conforme a seguinte estrutura:

- a) Receita tarifária: originária da venda direta de passagens, seja em dinheiro, seja em créditos eletrônicos;
- b) Receitas alternativas originárias da venda dos diversos tipos de mídia existentes (traseira total, janela traseira, sancas, televisão, cartões, painéis e displays de informações, etc.);
- c) Receitas complementares e acessórias relacionadas à venda de créditos eletrônicos originárias da cobrança da taxa de carga à bordo, dos valores de créditos eletrônicos vendidos e não utilizados pelos usuários e sobre a venda de todas as vias de cartões, outras parcerias e convênios decorrentes da operação dos serviços de Transporte Coletivo.
- d) Receitas complementares e acessórias relacionadas a aplicações financeiras sobre a venda antecipada de créditos eletrônicos, sobre a cobrança da taxa de carga à bordo, sobre os créditos eletrônicos vendidos e não utilizados e sobre a venda de todas as vias de cartões.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

4.1.2.2 – Os dados referentes à receita tarifária serão fornecidos pela BHTRANS à contratada e são constituídos basicamente por: número de passageiros transportados por linha de ônibus e bloqueios nas estações, valores de tarifa pagos em dinheiro e em cartão, tipo de usuário que utilizou a linha e bloqueios nas estações, entre outros. Tais informações serão repassadas à contratada por meio dos relatórios gerenciais mensais produzidos pela Gerência de Controle e Estudos Tarifários (GECET), extrações do sistema informatizado BH03 que é alimentado pelo Mapa de Controle Operacional (MCO) oriundo das informações exportadas diariamente do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE).

4.1.2.3 – Os dados referentes às receitas alternativas serão fornecidos pela BHTRANS à contratada e são constituídos basicamente por: venda de espaços publicitários nas traseiras dos veículos, venda de espaços publicitários dentro dos veículos nas modalidades Sancas e TV, entre outros. Tais informações serão repassadas à contratada por meio dos relatórios gerenciais mensais produzidos pela Gerência de Controle e Estudos Tarifários (GECET) e das cópias dos contratos formalizados no período considerado.

4.1.2.4 – Os dados referentes às receitas complementares e acessórias relacionadas ao valor principal da cobrança da taxa de carga à bordo, valor principal dos créditos eletrônicos vendidos e não utilizados pelos usuários e valor principal sobre a venda de todas as vias de cartões e outras parcerias e convênios decorrentes da operação dos serviços de Transporte Coletivo, serão fornecidos pela BHTRANS à contratada por meio dos dados extraídos do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE). A metodologia de apuração dos valores será repassada pela DDI à Contratada, e constitui uma proposta inicial a ser avaliada pela Contratada que poderá, e é desejável que o faça, desde que justificado e autorizado pela BHTRANS, utilizar outra metodologia mais atualizada e apropriada para os fins a que se propõem.

4.1.2.5 – Os dados referentes às receitas complementares e acessórias relacionadas a aplicações financeiras sobre a venda antecipada de créditos eletrônicos, sobre a cobrança da taxa de carga à bordo, sobre os créditos eletrônicos vendidos e não utilizados e sobre a venda de todas as vias de cartões, serão fornecidos pela BHTRANS à contratada por meio dos dados extraídos do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e das informações prestadas pelo TRANSFÁCIL na condição de representante das Concessionárias. A metodologia de apuração dos valores será repassada pela DDI à Contratada, e constitui uma proposta inicial a ser avaliada pela Contratada que poderá, e é desejável que o faça, desde que justificado e autorizado pela BHTRANS, utilizar outra metodologia mais atualizada e apropriada para os fins a que se propõem.

4.1.2.5.1 – Considerando que os contratos de concessão não apresentam a forma como as aplicações financeiras deverão ser medidas e apuradas, a Contratada deverá apresentar uma metodologia para a determinação dos saldos médios dos valores considerados disponíveis para aplicação financeira pelas concessionárias e da taxa de juros de mercado para estas aplicações financeiras relacionadas na alínea “c” do subitem 4.1.2, com base nas informações disponibilizadas pela BHTRANS e pelas próprias concessionárias.

#### **4.1.3 – Validação, por meio de conferência amostral, dos dados apurados e processados pela BHTRANS que subsidiarão os trabalhos da contratada dos itens 4.1.1 e 4.1.2.**

4.1.3.1 – A Contratada deverá validar os dados repassados pela BHTRANS e que constituem a base de apuração das informações utilizadas neste trabalho. A validação deverá ser realizada por meio de conferência amostral realizada a partir dos dados brutos processados pela BHTRANS por meio do Mapa de Controle Operacional (MCO) extraído do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE). A BHTRANS disponibilizará, a pedido da Contratada, o movimento originalmente extraído do referido sistema, para as datas que comporão a amostra desejada. Considerando o grande volume de dados envolvidos, a Contratada demonstrará qual a amostra mínima necessária para checar a confiabilidade das informações e trabalhará com este limite.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**4.2 – Apurar o resultado econômico financeiro dos Contratos nos primeiros 4 (quatro) anos, considerando-se os recursos efetivamente disponibilizados pelas Concessionárias, projetando para o restante do período contratado com vistas a subsidiar a revisão tarifária quadrienal previstas nos mesmos:**

**4.2.1 – Elaboração do fluxo de caixa, para cada concessionária e para cada cenário de atualização de preços, apontando as receitas e despesas, mês a mês, incorridas com a prestação dos serviços objetos da concessão, e indicação das respectivas Taxas Internas de Retorno (TIR), conforme previsto nos contratos de concessão, em especial, conforme definições dispostas na cláusula segunda e condições dispostas na subcláusula 19.1.1 dos contratos de concessão.**

4.2.1.1 – A contratada deverá apresentar, por Concessionária e também para o conjunto das 4 (quatro) Concessionárias, o fluxo de caixa, a partir de informações mensais, e as respectivas Taxas Internas de Retorno (TIR). Todos os elementos que compõem os referidos fluxos devem ser detalhados por cenário.

**4.2.2 – Verificação da ocorrência de variação do fluxo de caixa projetado do empreendimento, de modo a reduzir ou majorar a TIR declarada pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL.**

4.2.2.1 – A contratada deverá verificar a ocorrência de variação dos fluxos de caixa, para cada um dos cenários projetados, para cada um dos empreendimentos, ou seja, redes de serviços concedidas, que porventura tenham reduzido ou majorado a TIR originalmente declarada por cada Concessionária em sua respectiva proposta comercial.

**4.2.3 – Avaliação detalhada do fluxo de caixa projetado para cada um dos empreendimentos concedidos, apresentados pelas concessionárias no intuito de demonstrarem possíveis variações da TIR e, conseqüentemente, no intuito de solicitarem a Revisão Tarifária a seu favor.**

4.2.3.1 – A BHTRANS repassará à Contratada, os estudos referentes aos fluxos de caixa, porventura apresentados pelas Concessionárias no intuito de solicitar Revisão Tarifária a seu favor. Caso as Concessionárias não apresentem os referidos estudos até o terceiro mês de contrato, estará a contratada dispensada de verificar este item.

4.2.3.2 – A contratada produzirá um documento de avaliação dos estudos realizados pelas Concessionárias e apontará as inconsistências nos documentos formulados pelas Concessionárias, se existirem.

**4.2.4 – Avaliar os ganhos de produtividade obtidos por cada Consórcio Concessionário e para os 4 (quatro) em conjunto, nos 4 (quatro) anos iniciais da concessão, contados do início da operação.**

4.2.4.1 – A contratada apontará os ganhos de produtividade obtidos por cada Consórcio Concessionário, em especial os resultantes dos itens previstos na subcláusula 22.1 dos contratos de concessão.

**4.3 – Elaboração de laudo técnico detalhado apontando, com base nos levantamentos realizados, considerando-se os recursos efetivamente disponibilizados por cada um e pelos 4 (quatro) Consórcios Concessionários, se houve nos primeiros 4 (quatro) anos de concessão, desequilíbrio Econômico-Financeiro e o seu respectivo impacto na tarifa, sugerindo o valor do Coeficiente de Revisão Tarifária, conforme previsto na subcláusula 22.8 dos contratos de concessão.**

4.3.1 – A Contratada apontará, em laudo técnico específico, os eventuais desequilíbrios da equação econômico-financeira das Concessões, em favor das Concessionárias ou do Poder Concedente, em relação às respectivas propostas comerciais, amparados pela regra da cláusula 19 do contrato de concessão.

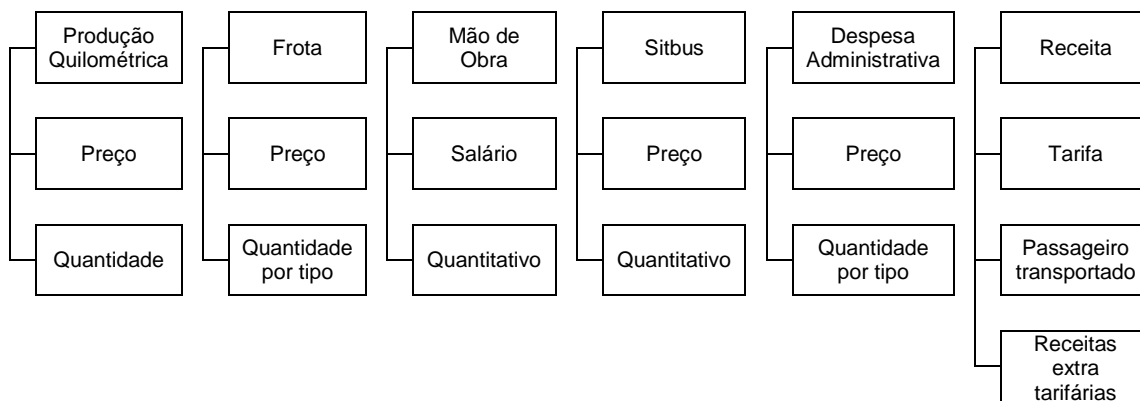


4.3.2 – A Contratada também deverá apontar o impacto na tarifa e apurará o valor do Coeficiente de Revisão Tarifária, nos termos da subcláusula 22.8 dos contratos de concessão, observando também o disposto na subcláusula 22.10.

**4.4 – Elaboração de proposta de mecanismo de mensuração de produtividade nos serviços prestados por cada um e pelos 4 (quatro) Consórcios Concessionários, para os próximos anos de concessão, abordando os aspectos mencionados nas subcláusulas 22.2 e 22.5 dos contratos de concessão.**

4.4.1 – A Contratada deverá definir um processo de repasse, ao valor da tarifa, dos ganhos de produtividade obtidos pela Concessionária, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a Concessionária e 50% (cinquenta por cento) para o valor da tarifa, projetando um estudo econômico para o restante do contrato através do método do fluxo de caixa descontado.

4.4.2 – No processo de revisão tarifária, os dados técnicos, operacionais, financeiros, patrimoniais e econômicos necessários para avaliação dos ganhos de produtividade devem estar baseados no esquema apresentado a seguir:



4.4.3 – A contratada deverá propor os procedimentos necessários à execução do processo de revisão tarifária com o objetivo de repassar ao valor da tarifa os ganhos de produtividade obtidos pela Concessionária por meio da juntada de alegações, laudos técnicos, financeiros e econômicos, bem como pela participação em audiências e consultas públicas eventualmente realizadas.

4.4.4 – Elaborar proposta de absorção do mecanismo de mensuração de produtividade pela fórmula paramétrica responsável pela recomposição dos custos operacionais, em especial nos custos com mão de obra, devendo contemplar:

4.4.4.1 – Os ganhos de produtividade e desempenho por meio dos índices de avaliação de desempenho da Concessionária, fixados pela BHTRANS, devendo o estudo de produtividade:

- a) Levantar os modelos existentes da medição da produtividade empresarial e da mão de obra, (revisão de literatura);
- b) Propor modelo de medição de produtividade empresarial e mão de obra;
- c) Propor divisão da produtividade visando sanar eventuais distorções encontradas nos índices de reajustes vigentes.

4.4.4.2 – Readequação do modelo de revisão tarifária, com proposição de nova fórmula e definições de periodicidade e métodos de apuração dos resultados bem como os respectivos cenários e impactos financeiros para o período restante dos contratos.

**4.5 - Estruturação do modelo operacional para monitorar e reportar de forma sistematizada a prestação dos serviços ofertados pelos Consórcios Concessionários.**



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

4.5.1 – Refere-se à definição de processos de aferição e de verificação dos dados produzidos pelas Concessionárias, devendo a Contratada realizar as seguintes tarefas, sem prejuízo das que julgar necessário:

- a) Definir a metodologia de verificação dos indicadores em cada mecanismo estabelecidos no contrato de concessão (forma, amostra, periodicidade, estrutura de verificação);
- b) Desenhar os processos e procedimentos para a execução das verificações, definindo-se os prazos necessários para cada atividade (recebimento de informações, aferição de dados, cálculo, envio de relatórios), em conformidade com os prazos descritos nos contratos de Concessão;
- c) Definir os modelos de relatórios a serem produzidos, assim como o formato (físico ou eletrônico), periodicidade de apresentação, frequência de reuniões;
- d) Conceber painel de indicadores mais relevantes da Concessão, frequência ideal de atualização com o objetivo de ilustrar o desempenho das Concessionárias face aos objetivos norteadores da Concessão;
- e) Disponibilizar manuais técnicos (em meio físico e eletrônico) e realizar seminário para apresentação da ferramenta de monitoramento para 2 (duas) turmas de 20 (vinte) pessoas.

e.1) Todos os custos para realização do seminário correrão por conta da Contratada com exceção da estrutura física que será disponibilizada pela BHTRANS (sala e Datashow).

**4.6 - Verificação do cumprimento dos requisitos mínimos relacionados à prestação dos serviços objeto das concessões e apuração dos resultados econômicos financeiros dos Contratos de Concessão nos primeiros 4 (quatro) anos, considerando-se os recursos previstos nos contratos de concessão e eventualmente não empenhados por cada um ou pelos 4 (quatro) Consórcios Concessionários em função dos respectivos descumprimentos contratuais.**

**4.6.1 – Verificação do cumprimento dos requisitos mínimos relacionados à operação dos serviços de transporte e previstos no Anexo III do Edital de Licitação – CP nº 131/08.**

4.6.1.1 – A Contratada avaliará e relatará, detalhadamente, os recursos que, embora estivessem previstos nos contratos de concessão, não foram empenhados na forma e prazos definidos nos contratos e no Edital de Concorrência Pública Nº 131/2008 do qual se originaram os contratos vigentes.

**4.6.2 – Verificação do cumprimento dos requisitos e condições previstos nos Anexos III e VIII do Edital de Licitação – CP nº 131/08, relacionados ao SITBUS – Sistema Inteligente de Transporte Coletivo.**

4.6.2.1 – A Contratada deverá verificar o cumprimento dos requisitos e condições previstos nos Anexos III e VIII do Edital de Licitação – CP nº 131/08, relacionados ao SITBUS – Sistema Inteligente de Transporte Coletivo, bem como a análise dos respectivos custos de aquisição, operação e manutenção de suas funcionalidades.

4.6.2.2 – A Contratada relatará, detalhadamente, os recursos que, embora estivessem previstos nos contratos de concessão, não foram empenhados na forma e prazos definidos nos contratos e no Edital de Concorrência Pública.

**4.6.3 – Inclusão dos ganhos e economias obtidos pelas concessionárias em função dos resultados verificados nos itens 4.6.1 e 4.6.2, ainda que autorizados pelo Poder Concedente, na verificação da ocorrência de variação do fluxo de caixa projetado do empreendimento, apresentado no item 4.2.2, de modo a reduzir ou majorar a TIR declarada pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL e consolidação do**





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**Laudo Técnico previsto no item 4.3 da fase 1, inserindo novo cenário com os impactos oriundos das informações levantadas nesta fase 3.**

4.6.3.1 – A Contratada deverá efetuar um comparativo entre o fluxo de caixa projetado e o praticado desde o início da operação dos serviços, de modo a reduzir ou majorar a TIR (Taxa Interna de Retorno) declarada pela Concessionária em sua Proposta Comercial para os próximos anos de vigência do Contrato, considerando-se, em um primeiro cenário, a atualização de preços pelos mesmos critérios apresentados na fórmula paramétrica descrita na Cláusula 11 do Contrato de Concessão (Do Regime Tarifário) e um segundo cenário, a atualização de preços a valores de mercado.

4.6.3.2 – Analisar as propostas comerciais apresentadas pelas Concessionárias, inclusive a equação econômico-financeira, que determina o equilíbrio entre os encargos, investimentos e riscos assumidos pela Concessionária, o fluxo de caixa do empreendimento e sua taxa interna de retorno (TIR).

4.6.3.3 – Outros itens para o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira:

- a) As tecnologias veiculares existentes;
- b) Os projetos de transportes em implantação;
- c) O cumprimento dos requisitos contratuais;
- d) A implantação do SITBUS conforme cronograma fornecido pelas Concessionárias;
- e) O crescimento da demanda;
- f) O sistema tributário vigente;
- g) Que a operação das empresas seja em regime de eficiência.

4.6.3.4 – A contratada deverá analisar a ocorrência de outras atividades empresariais realizadas pelas Concessionárias, ligadas aos serviços, tais como projetos associados ou acessórios e complementares, observando se os mesmos não acarretam prejuízo à execução regular dos serviços, foram prévia e expressamente aprovados pela BHTRANS, atentando que as receitas auferidas devem necessariamente ser utilizadas para a modicidade da tarifa.

4.6.3.5 – A contratada deverá analisar a ocorrência de outras atividades empresariais realizadas pelas Concessionárias, ligadas aos serviços, tais como projetos associados ou acessórios e complementares, observando se os mesmos não acarretam prejuízo à execução regular dos serviços, foram prévia e expressamente aprovados pela BHTRANS, atentando que as receitas auferidas devem necessariamente ser utilizadas para a modicidade da tarifa.

Os reajustes tarifários concedidos ao longo do período de concessão e os valores do Fundo Garantidor de Equilíbrio (FGE) já liberados às Concessionárias pelo poder concedente.

4.6.3.6 – A Contratada deverá analisar os ganhos auferidos com a economia de escala conseguida pelas Concessionárias com a autorização de compartilhamento de frota e com a aquisição de padrões de veículos diferentes dos especificados originalmente no Edital de Concorrência Pública Nº 131/2008 do qual se originaram os contratos de concessão vigentes.

**4.6.4 – Verificação da aderência da fórmula paramétrica utilizada para fins de recomposição da tarifa.**

4.6.4.1 – A Contratada deverá analisar o comportamento dos índices de variação de preços descritos na cláusula 11 dos contratos de concessão e aditivos visando verificar:

- a) A aderência de cada um dos índices de variação de preços à variação de preços efetivamente observada no mercado, considerando-se os preços praticados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

b) Possíveis distorções trazidas pelos índices de variação de preços em função de alterações de ordem tributária, legal, ou outra que não tenha sido refletida pelos referidos índices de variação de preços.

c) Propor a substituição dos índices, quando for o caso, por outros mais adequados à função a que se propõem e propor a inclusão na fórmula paramétrica de mecanismos de correção da tarifa que levem em consideração alterações de preços porventura não captados pelos índices de preços.

4.6.4.2 – A Contratada deverá produzir relatório final com a análise dos itens solicitados e propostas de substituição de índices, e de alteração da fórmula paramétrica, devidamente justificados.

**4.7 – As verificações serão efetuadas nas unidades das Concessionárias do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus da Cidade de Belo Horizonte, nas dependências do Consórcio Operacional Transfácil, nas dependências do Sindicato das Empresas – SETRABH, quando indicado pelas Concessionárias ou pelo Transfácil, e nas unidades da BHTRANS, estendendo-se às suas unidades descentralizadas, se necessário, mediante autorização da BHTRANS. Os endereços das empresas que compõem os Consórcios, incluindo as nomeadas líderes de cada um, estão apresentados no Anexo I.**

**4.8 – A equipe técnica da Contratada deverá ter conhecimento dos contratos, regulamentos dos serviços, processos e Edital e Anexos da Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus da Cidade de Belo Horizonte, inclusive as legislações aplicáveis.**

**4.9 – Nos exames e recomendações, a Contratada deverá atentar para os seguintes aspectos:**

- a) integridade e confiabilidade da informação;
- b) estabelecimento de critério para assegurar a observância da regulamentação dos serviços, políticas, das normas, dos procedimentos e da legislação;
- c) procedimentos adequados para salvaguarda e comprovação da existência dos ativos;
- d) eficiência, eficácia e produtividade na utilização dos recursos;
- e) adequação e desempenho das operações e programas face aos objetivos e metas fixados pela BHTRANS.

#### **4.10 – Metodologia**

4.10.1 – Os trabalhos serão desenvolvidos com a aplicação de técnicas e procedimentos de verificação usualmente adotados e considerando as legislações específicas, às quais a BHTRANS, como empresa de direito privado está subordinada.

4.10.2 – A verificação será realizada na extensão e profundidade que permita segurança para emissão de opinião a respeito dos itens relacionados.

4.10.3 – O planejamento e o cronograma deverão ser discutidos previamente com a BHTRANS, podendo dar enfoque especial a algum item, sem prejudicar o escopo global do trabalho.

#### **4.11 – Produtos a serem entregues e Cronograma**

4.11.1 – A Contratada fará uma visita de reconhecimento em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, com o objetivo de coletar dados e obter as informações necessárias para a programação definitiva dos trabalhos.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

4.11.2 – Como resultado dos serviços a serem executados deverão ser entregues os produtos apresentados no Anexo III – Cronograma Físico Financeiro Básico.

4.11.2.1 – Os prazos para a apresentação dos produtos acordados estão estabelecidos no Anexo II – Cronograma Físico Financeiro Básico (observar os subitens 6.1 e 6.2 deste Termo), podendo serem alterados mediante prévio entendimento e aprovação da BHTRANS.

4.11.2.2 – Todos os apontamentos da verificação, sobretudo aqueles que indiquem descumprimento de cláusula contratual por parte das Concessionárias, deverão ser consubstanciados e devidamente documentados. Não serão aceitos apontamentos superficiais, evasivos, simplórios (exemplo: simplesmente “sim” ou “não”), insustentáveis e/ou incompletos.

4.11.3 – A Contratada deverá formar juízo e emitir opinião sobre os assuntos examinados, visando informar à Diretoria da Empresa, quando necessário.

## **5 – ACESSO ÀS CONCESSIONÁRIAS E ÀS INFORMAÇÕES**

5.1 – A equipe técnica da Contratada terá acesso, em qualquer época, às Concessionárias, podendo requisitar informações e esclarecimentos que permitam aferir a correta execução desta prestação de serviços. Caso sejam necessários outros tipos de informação, ficará a critério da BHTRANS fazer a solicitação às Concessionárias.

5.2 – A equipe técnica da Contratada terá acesso aos dados registrados pela BHTRANS, referentes ao sistema de transportes, resultantes do processamento das informações oriundas do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e consolidados no Mapa de Controle Operacional (MCO).

5.2.1 – A BHTRANS disponibilizará os seguintes dados oriundos de seu controle:

- a) Total mensal de passageiros registrados por tipo, viagens realizadas, receita tarifária auferida com tarifas em dinheiro e em créditos eletrônicos.
- b) Receitas mensais brutas e líquidas apuradas com a venda de mídias publicitárias associadas à prestação dos serviços.
- c) Total mensal de créditos eletrônicos gerados, comercializados e não utilizados pelos usuários.
- d) Total mensal de cartões comercializados nas diversas vias e valores apurados com a venda dos cascos.
- e) Total mensal da venda de créditos eletrônicos da carga a bordo com os respectivos valores apurados com a taxa associada.
- f) Arquivos eletrônicos com informações dos MCO processados pela BHTRANS.

## **6 – PRAZOS**

6.1 – A primeira Ordem de Serviço – OS, referente à Fase 1, será emitida em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do Contrato.

6.1.1 – As demais Ordens de Serviço, referentes às Fases 2 e 3, serão emitidas em conformidade com o desenvolvimento dos trabalhos e com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início da execução dos serviços relacionados à respectiva fase.

6.2 – O prazo para execução dos serviços é de 6 (seis) meses, contados da emissão da OS.

6.3 – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

6.3.1 – Havendo interesse da Administração, o Contrato poderá ser aditado e/ou prorrogado, mediante justificativa devidamente autorizada, observada a legislação vigente.

## **7 – SUPERVISÃO**

7.1 – Todos os trabalhos serão supervisionados pelo Poder Concedente, sendo delegado o gerenciamento do contrato à BHTRANS.

7.1.1 – O Diretor-Presidente da BHTRANS designará grupo técnico interdepartamental, sob a coordenação do Diretor da DDI – Diretoria de Desenvolvimento e Implantação de Projetos, para acompanhamento e fiscalização do Contrato.

7.2 – O Poder Concedente junto com a BHTRANS poderá intervir, solicitando esclarecimentos e propondo medidas, sempre objetivando garantir o cumprimento de prazos e especificações.

7.3 – É prerrogativa do Poder Concedente, podendo ser delegado à BHTRANS, solicitar à Contratada, sempre com justificativa, que proceda a substituição de membro(s) de sua equipe técnica.

7.4 – O Poder Concedente e/ou a BHTRANS poderão solicitar reuniões durante toda a execução do Contrato.

## **8 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO BÁSICO (Conforme Anexo III).**

## **9 – CONFIDENCIALIDADE**

9.1 – A Contratada se compromete a não usar, revelar, divulgar ou tornar público informações confidenciais, dados técnicos, documentos ou quaisquer segredos comerciais da BHTRANS e que tenha conhecimento em razão do Contrato.

9.2 – A Contratada se compromete a não reproduzir ou divulgar, por qualquer meio, nem permitir o acesso a terceiros de informações confidenciais de que tenha conhecimento em razão da prestação dos serviços, velando pelo sigilo dos segredos comerciais e/ou industriais, sendo responsável pela adoção de medidas que resguardem tal obrigação.

9.3 – O descumprimento de alguma das condições indicadas nos itens acima será considerado como inexecução total do objeto, ficando a Contratada obrigada a pagar multa de 10% (dez por cento) do valor contratual à BHTRANS, sem prejuízo de eventuais medidas com o objetivo de reparação e indenização das perdas e danos suportados.

## **10 – EQUIPE TÉCNICA**

10.1 – A equipe técnica da Contratada para a execução dos serviços deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- a) 1 (um) Gerente do Projeto, com experiência em gerenciamento de projetos e em verificação independente, com formação superior em administração de empresas, ciências contábeis, economia ou engenharia;
- b) 1 (um) Profissional com experiência em verificação independente de concessões de serviços públicos, com formação superior em administração de empresas, ciências contábeis, economia ou engenharia;
- c) 1 (um) Profissional de nível superior com experiência em estudo de Viabilidade Econômica Financeira;
- d) 1 (um) Profissional de nível superior com experiência em projetos de Transporte Público Urbano;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

e) 1 (um) Profissional de nível superior com experiência em Regulação Econômica.

10.1.1 – O profissional indicado na alínea “a” do subitem 10.1 deverá atuar como Gerente do Projeto durante todo o prazo de execução do Contrato.

10.1.2 – O profissional indicado na alínea “a” do subitem 10.1 deverá possuir certificação PMP – Project Management Professional emitida pelo órgão PMI – Project Management Institute ou outra titulação equivalente emitida por entidade congênere e/ou MBA (Master of Business Administration) relacionado à sua área de domínio/experiência profissional.

10.2 – É vedada a possibilidade de utilização de um único profissional da Equipe Mínima para atendimento de mais de uma função.

10.3 – Os profissionais indicados no subitem 10.1 deverão se apresentar a partir da data de emissão da OS – Ordem de Serviço.

10.3.1 – Durante a execução dos trabalhos, poderá haver substituição de profissional indicado por outro com igual ou maior experiência, desde que haja aprovação da BHTRANS.

10.4 – A comprovação da experiência profissional deverá ser feita através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, Contrato de Prestação de Serviços ou documento equivalente.

10.5 – A comprovação da formação acadêmica deverá ser feita através de diploma de curso reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) ou equivalente quando se tratar de curso realizado no exterior.

10.6 – A BHTRANS poderá solicitar à Contratada, sempre que julgar necessário, documentação que comprove a formação acadêmica ou experiência profissional dos profissionais designados para compor a equipe técnica mínima relacionada no subitem 10.1 deste Instrumento.

10.7 – A BHTRANS poderá solicitar a Contratada, sempre que julgar necessário, a comprovação do vínculo do profissional dos integrantes da Equipe Técnica com a empresa Contratada. Esta comprovação poderá ser feita através de cópia da Ficha de Registro do empregado, da CTPS, do Contrato de prestação de serviços ou documento equivalente.

